

3º SIMULADO INÉDITO

XXXI

EXAME DE ORDEM



Estratégia
OAB



PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, as suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.



Siga as nossas Redes Sociais
Estrategiaoab no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase em do XXXI Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você der o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Questão 1

Carlos e João estão estudando para o Exame de Ordem da OAB. Em conversa sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, ambos ficaram em dúvida a respeito das atividades privativas de advocacia. Carlos afirma que se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus. João, por sua vez, diz serem privativas de advogado as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

De acordo com o EAOAB, é correto afirmar que

- A) Carlos e João estão certos, pois a impetração de HC é atividade privativa de advogado, assim como as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.
- B) João está equivocado, pois a atividade de consultoria não é privativa de advocacia.
- C) Carlos está equivocado, pois a impetração de habeas corpus não se inclui na atividade privativa de advocacia.
- D) Ambos estão errados, já que a impetração de habeas corpus e a atividade de assessoria não são atividades privativas de advocacia.

Questão 2

Renato pretende realizar sua inscrição como advogado. Sua vizinha, Amanda, aposentada, suscitou a inidoneidade moral de Renato. É correto afirmar, de acordo com o EAOAB, que:

- A) Amanda poderia suscitar a inidoneidade moral de Renato, porém esta deverá ser declarada mediante decisão que obtenha ao menos dois terços dos votos dos membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.
- B) Amanda não poderia suscitar a inidoneidade moral de Renato, pois não é advogada.
- C) Renato terá a inidoneidade moral declarada imediatamente, mediante a provocação de Amanda.
- D) Renato deverá ter a inidoneidade moral declarada, pois apesar de reabilitado judicialmente, foi condenado por crime infamante.

Questão 3

Júlio é advogado e reside em Minas Gerais, mas realizou sua inscrição principal no Conselho Seccional em São Paulo, seu domicílio profissional. Adicionalmente, pretende exercer a profissão habitualmente também nos Estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Com base no disposto no EAOAB, julgue as assertivas a seguir e assinale a correta.

- A) Júlio pode fazer a inscrição suplementar em apenas um território, devendo optar entre Rio Grande do Sul e Pernambuco.
- B) Júlio deve realizar sua inscrição principal em Minas Gerais, pois o domicílio profissional deve ser o mesmo da pessoa física do advogado.
- C) Considera-se exercício habitual da profissão a intervenção judicial que exceder de três causas por ano.
- D) Júlio deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais nos outros territórios em que passar a exercer habitualmente a profissão, devendo o Conselho Seccional suspender o pedido de inscrição suplementar ao verificar a existência de vício ou ilegalidade na inscrição principal.

Questão 4

Rodrigo é bacharel em Direito e foi aprovado em concurso público para o cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal, já tendo sido nomeado e tomado posse, estando atualmente em exercício. De acordo com o disposto no Estatuto da Advocacia,

- A) Rodrigo é impedido de exercer a advocacia contra a Fazenda Pública que o remunera.
- B) Caso Rodrigo deixe de ocupar o cargo temporariamente, ele poderá exercer a advocacia durante esse período.
- C) Rodrigo não poderá exercer a advocacia, nem mesmo em causa própria, pois a advocacia é incompatível com a atividade dos ocupantes de cargos ou funções que tenham competência de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos.
- D) Poderá exercer a advocacia normalmente, pois somente ocupantes de cargos ou funções vinculadas a atividade policial são proibidos de advogar.

Questão 5

Priscilinha foi advogada de Rogério em uma Reclamação Trabalhista proposta perante a Empresa “XPTO”. No entanto, em razão da demora no sentenciamento do feito e sem maiores provas, o cliente opta por representá-la junto à OAB, sob a alegação de inépcia profissional.

Depois de recebida a representação disciplinar, sem fundamentos, caberá ao relator tomar a seguinte medida:

- A) designar data para a defesa oral pelo advogado.
- B) emitir parecer propondo o arquivamento liminar da representação no prazo de 30 (trinta) dias.
- C) determinar o aditamento da representação para juntada de provas.
- D) encaminhar ao presidente para imediato julgamento.

Questão 6

Elenita, ex-empregada do advogado Rubens, resolve procurá-lo para fins de propor uma ação de alimentos, já que o seu ex-marido não lhe paga a pensão alimentícia de sua única filha há 6 (seis) meses. Em razão da grande amizade que Rubens nutre por sua ex-empregada, o advogado opta por lhe cobrar um preço simbólico a título de honorários, sendo estes abaixo da Tabela de Honorários instituída pelo respectivo Conselho Seccional.

Diante dos fatos apresentados, e com base no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a alternativa correta.

- A) A atitude de Rubens caracteriza abuso de autoridade, já que o advogado deve observar o valor mínimo da Tabela de Honorários instituída pelo respectivo Conselho Federal onde for realizado o serviço.
- B) A atitude de Rubens caracteriza aviltamento de honorários, já que o advogado deve observar o valor mínimo da Tabela de Honorários instituída pelo respectivo Conselho Seccional onde for realizado o serviço.
- C) A atitude de Rubens caracteriza aviltamento de honorários, já que o advogado deve observar o valor mínimo da Tabela de Honorários instituída pelo respectivo Conselho Federal onde for realizado o serviço.
- D) A atitude de Rubens caracteriza inépcia profissional, já que o advogado deve observar o valor mínimo da Tabela de Honorários instituída pelo respectivo Conselho Federal onde for realizado o serviço.

Questão 7

Sandrinha, advogada, objetiva realizar a publicidade profissional do seu escritório, e inicia a elaboração de materiais para veiculação adstrita a clientes e interessados do meio jurídico.

Com fulcro no Código de Ética e Disciplina da OAB, na elaboração de materiais de escritório, a advogada poderá fazer referência a

- A) distinções honoríficas relacionadas à vida profissional.
- B) emprego, cargo ou função ocupada em qualquer órgão ou instituição.
- C) clientes já atendidos pelo escritório, e o resultado da lide.
- D) distinções honoríficas profissionais e pessoais dos advogados integrantes da sociedade.

Questão 8

Paulinho é contratado como advogado empregado do escritório de advocacia “Garcia&Ferreira, Sociedade de Advogados”. No ato da contratação, o advogado é informado que terá direito a um salário mensal, além dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Acerca do tema, advogado empregado, assinale a alternativa correta:

- A) Nas causas em que for parte o empregador, ou pessoa por este representada, os honorários de sucumbência não serão devidos aos advogados empregados.
- B) A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, como regra, não poderá exceder a duração diária de oito horas contínuas e a de quarenta e quatro horas semanais.
- C) As horas trabalhadas que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a cinquenta por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.
- D) Os honorários de sucumbência, percebidos por advogado empregado de sociedade de advogados são partilhados entre ele e a empregadora, na forma estabelecida em acordo.

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

Quanto à doutrina de Ronald Dworkin é CORRETO afirmar:

- A) Diante de hard cases, o juiz pode apelar à discricionariedade.
- B) Pela regra de conveniência, o juiz deverá fazer um levantamento dos argumentos admissíveis e da jurisprudência existente.
- C) Pela regra de valor, o juiz deverá escolher uma jurisprudência para orientar o processo de seleção dos preceitos normativos a serem acolhidos de acordo com a moral.
- D) Mesmo os julgamentos dos hard cases devem ser guiados por uma única regra limitadora do arbítrio.

Questão 10

Aristóteles é uma das maiores mentes da história da humanidade. Segundo sua linha de ideias é CORRETO afirmar:

- A) Existe um mundo das ideias, no qual as formas são perfeitas.
- B) Conceitos como bom, certo e justiça são inatos, sendo mais bem desenvolvidos ao longo de nossas vidas, diante das experiências que temos.
- C) Os sentidos são o único modo de experimentar a realidade.
- D) Nossas mentes são impregnadas naturalmente com conceitos-base.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Uma agência reguladora federal editou, recentemente, uma portaria proibindo os médicos de prescreverem a utilização de medicamentos que não tenham similar nacional. A Associação Brasileira de Profissionais da Saúde, entidade de âmbito nacional e constituída há mais de dois anos, entendendo que tal portaria é inconstitucional, resolve então ajuizar medida cabível contra a referida portaria. A associação resolve consultar o corpo jurídico para saber qual medida deve ser ajuizada. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- A) A medida cabível é uma ação declaratória de constitucionalidade, diante da natureza ambivalente, ou seja, se o STF considerar que a lei ou ato normativo é inconstitucional, a ADC será julgada improcedente; por outro lado, caso entenda ser compatível com a Constituição, a ADC será julgada procedente.
- B) No caso prático, estamos diante do cabimento de uma arguição de descumprimento de preceito fundamental, porém a associação não possui legitimidade para ajuizar tal medida.
- C) Deve ser ajuizada uma ação direta de inconstitucionalidade, visto que o objetivo é declarar a inconstitucionalidade da referida portaria.
- D) A medida cabível é uma arguição de descumprimento de preceito fundamental, tendo em vista o chamado princípio da subsidiariedade. Além disso, a associação possui legitimidade para ajuizar tal medida de controle abstrato.

Questão 12

A Constituição do Estado Y dispôs que os prefeitos municipais deveriam observar as diretrizes traçadas no plano anual estabelecido pelo Governador do Estado, que seriam executadas em conjunto com os secretários municipais, a serem nomeados após aprovação da respectiva Câmara Municipal. O Prefeito Marcos resolveu consultar o seu advogado sobre a constitucionalidade do previsto na Constituição do Estado Y. Com base na situação hipotética apresentada, é correto afirmar que:

- A) A vinculação dos prefeitos municipais às diretrizes políticas é plenamente possível, com base na administração pública gerencial e princípio da eficiência. Com relação a nomeação de secretários municipais compete ao chefe do Poder Executivo municipal, independente de prévia aprovação da Câmara Municipal.
- B) A autonomia municipal impede a vinculação dos prefeitos municipais às diretrizes políticas de autoridade vinculada a outro nível federativo. A nomeação de secretários municipais compete ao chefe do Poder Executivo municipal, independente de prévia aprovação da Câmara Municipal. O previsto na Constituição Estadual afronta o princípio da separação dos poderes.
- C) A vinculação dos prefeitos municipais às diretrizes políticas é plenamente possível, com base na administração pública gerencial e princípio da eficiência. No tocante a nomeação de secretários municipais, o previsto na Constituição do Estado Y é constitucional.
- D) A autonomia municipal impede a vinculação dos prefeitos municipais às diretrizes políticas de autoridade vinculada a outro nível federativo. Com relação a nomeação de secretários municipais, o previsto na Constituição Estadual é constitucional.

Questão 13

Determinado projeto de lei, que versava sobre política externa brasileira, foi aprovado apenas pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, assim como no âmbito da mesma Comissão no Senado Federal, tendo sido levado à apreciação do Presidente da República que resolveu vetá-lo. O argumento do Presidente foi de que nenhum projeto de lei pode ser aprovado sem a respectiva votação do Plenário de cada uma das casas legislativas. Um deputado resolve consultar seu advogado para entender se o argumento encontra amparo constitucional e a possibilidade de derrubar o veto. Com base no caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- A) O argumento do Presidente encontra amparo constitucional. O veto pode ser rejeitado pelo voto de 2/3 dos Deputados e Senadores.
- B) O argumento do Presidente não encontra amparo constitucional, há projetos de lei que podem ser discutidos e votados apenas no âmbito das comissões constituídas, sem necessidade de apreciação pelo Plenário. O veto pode ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos Deputados e Senadores.
- C) O argumento do Presidente para vetar o projeto de lei encontra amparo constitucional. O veto não pode ser derrubado.
- D) O argumento do Presidente não encontra amparo constitucional. Há projetos de lei que podem ser discutidos e votados apenas no âmbito das comissões constituídas, sem necessidade de apreciação pelo Plenário, desde que não haja oposição de um décimo dos seus membros. O veto pode ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

Questão 14

Lorenzo e Bianca são turistas italianos que, apaixonados pelo Brasil, aqui fixam residência, obtêm emprego e constituem família. Seus dois filhos, Enrico e Luna nasceram no Brasil, respectivamente em 1987 e 1991. Considere que o ordenamento italiano atribui nacionalidade italiana aos filhos de seus cidadãos, ainda que nascidos no estrangeiro. No ano de 2018, Luna cometeu um crime comum e a Itália requereu a sua extradição. O Brasil mantém tratado de extradição com a Itália. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- A) Luna não é considerada brasileira nata, visto que seus pais são italianos, logo, a extradição é possível. O reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira ocasiona a perda da nacionalidade brasileira.
- B) Luna não pode ser extraditada, é considerada brasileira nata. Em nenhuma hipótese os brasileiros natos podem ser extraditados. As hipóteses de outorga de nacionalidade brasileira podem ser estabelecidas pela legislação ordinária. O reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira não ocasiona a perda da nacionalidade brasileira.
- C) Luna não pode ser extraditada, pois é considerada brasileira nata. Em nenhuma hipótese os brasileiros natos podem ser extraditados. As hipóteses de outorga de nacionalidade brasileira, originária ou derivada, decorrem exclusivamente do texto constitucional. O reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira não ocasiona a perda da nacionalidade brasileira.
- D) A extradição de Luna é possível, visto que o Brasil mantém tratado de extradição com a Itália.

Questão 15

Marcos, prefeito do Município Beta, elabora relatório com a prestação de contas anual. O documento ficou disponível para consulta e apreciação no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração. Ana, moradora do Município Beta, ao apreciar o relatório, constatou várias irregularidades nos demonstrativos apresentados. Com os indícios de superfaturamento e desvio de verbas, Ana procura você como advogado para esclarecimentos sobre o que fazer com aquelas informações. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

- A) Ana deve entregar as informações aos Tribunais de Contas do Estado ou Município, visto que a fiscalização das referidas informações é de responsabilidade exclusiva desses tribunais.
- B) Ana pode questionar as contas do Município, já que todos os anos as contas permanecem à disposição dos contribuintes durante sessenta dias para exame e apreciação.
- C) Ana pode questionar as contas, mas precisa da concordância de 2/3 dos eleitores do Municípios.
- D) As contas permanecem à disposição durante 90 dias para exame e apreciação, logo, é possível o questionamento por Ana.

Questão 16

Em 03 de janeiro de 2020, após a realização de estudos concluídos em 2019, o Governo Federal constatou que os índios da Tribo Y, localizada ao sul do Estado Beta, serão contagiados por uma epidemia que irá pôr em risco a população. Houve uma grande discussão na sociedade sobre a medida correta a ser tomada. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- A) os grupos indígenas não poderão ser removidos de suas terras, visto que à autodeterminação dos povos é resguardado pela Constituição.
- B) os grupos indígenas poderão ser removidos de suas terras, após deliberação no Congresso Nacional, garantindo em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- C) os grupos indígenas poderão ser removidos de suas terras, após deliberação do Presidente da República, que terá discricionariedade para decidir sobre o retorno da população indígena após cessado o risco, por se tratar de questão de segurança pública.
- D) os grupos indígenas não poderão ser removidos de suas terras, nesse caso em específico, pois o risco de exposição à epidemia não é um dos motivos elencados pela Constituição para tal conduta.

Questão 17

Durante a implantação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável, Enrico, missionário e ativista italiano, foi morto a tiros de revólver. Dois inquéritos foram instaurados para apurar o fato, um da Polícia Civil do Pará e outro da Polícia Federal, onde ficou constatado o mandante do crime, o intermediário e o autor dos disparos. A Procuradoria Regional do local do homicídio já vinha recebendo alertas das autoridades estaduais sobre os problemas da região e a Polícia Civil Estadual sobre as ameaças que Enrico vinha sofrendo, porém nada foi feito para garantir a segurança, demonstrando clara omissão e falha na proteção da vítima. A mídia nacional e internacional acabou dando grande relevância ao caso, afirmando que o Estado é incapaz de assegurar a proteção aos direitos humanos. De acordo com o sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A) Diante da clara violação dos direitos humanos, é possível o deslocamento de competência da Justiça Comum para Justiça Federal. Apenas o Procurador Geral da República pode suscitar a aplicação do instituto.
- B) Diante da clara violação dos direitos humanos, é possível o deslocamento de competência da Justiça Comum para Justiça Federal. Apenas o Presidente da República pode suscitar a aplicação do instituto.
- C) Diante da clara violação dos direitos humanos, é possível o deslocamento de competência da Justiça Comum para Justiça Federal. O Procurador Geral da República e o Presidente da República podem suscitar a aplicação do instituto.
- D) Diante da clara violação dos direitos humanos, é possível o deslocamento de competência da Justiça Comum para Justiça Internacional. Apenas o Congresso Nacional pode suscitar a aplicação do instituto.

DIREITOS HUMANOS**Questão 18**

O Brasil tem enfrentado algumas ondas imigratórias: haitianos, sírios e, mais recentemente, venezuelanos. Em dezembro de 2018, eram contabilizados mais de 11.200 refugiados reconhecidos. Você, advogado em uma cidade fronteiriça, foi consultado por Juan, venezuelano recém-chegado que, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos em seu país de origem, migrou para o Brasil. Diante dessa situação, pode-se afirmar que:

- A) Juan pode ser enquadrado como refugiado, mas tal condição não se estende à sua esposa, ascendentes e descendentes.
- B) Juan pode ser enquadrado como refugiado, bem como sua esposa, ascendentes e descendentes, independentemente de comprovarem dependência econômica daquele.
- C) O fato de Juan ter ingressado em território nacional irregularmente impede que seja reconhecida sua condição de refugiado.
- D) Juan poderá ser beneficiado da condição de refugiado ainda que tenha participado de atos terroristas ou tráfico de drogas em seu país de origem, visto que a preservação dos direitos humanos se sobrepõe crimes dessa natureza.

Questão 19

Remédios de alto custo estão em falta em farmácias públicas e, por este motivo, os pacientes não têm encontrado medicamentos para doenças como esclerose e artrite reumatoide. Um de seus constituintes, um senhor de 85 anos, está sem a medicação prescrita pelo médico e, mesmo tendo ingressado com a ação judicial cabível, não há qualquer indício de que a situação será solucionada rapidamente. Diante de tal cenário, você pretende peticionar individualmente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Assinale a opção que possibilidade e os requisitos de tal procedimento:

- A) Não há previsão de petições particulares à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sendo possível apenas as petições estatais.
- B) É possível a petição particular, porém a legitimidade é exclusiva da parte prejudicada pela violação aos direitos humanos.
- C) As petições particulares, diante da urgência e gravidade do caso concreto, poderão ser apresentadas ainda que a matéria em questão seja objeto de litispendência internacional.
- D) As petições particulares poderão ser apresentadas ainda que não tenham sido esgotados os recursos da jurisdição interna, desde que seja demonstrada a demora injustificada na decisão sobre tais recursos.

DIREITO INTERNACIONAL**Questão 20**

Gesonel, moçambicano, encantado com a cidade de Curitiba, no Paraná, decide viver no Brasil, fazendo do país sua nova nação. Ocorre que, passados vários anos, oportunidade em que já havia adquirido a nacionalidade brasileira, Gesonel se envolve com traficantes de uma favela e acaba condenado, dentre outros, pelo crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei nº 11.343/06). Avaliando o caso apresentado, é correto afirmar que:

- A) A Constituição Federal proíbe expressamente a diferenciação de brasileiros natos ou naturalizados, razão pela qual Gesonel não poderá ser extraditado, independente do crime cometido.
- B) A extradição de Gesonel não é possível, já que o texto constitucional condiciona tal possibilidade à ocorrência de crimes praticados antes da naturalização, não importa qual o crime cometido.
- C) A extradição não é possível, vez que, embora tenha praticado conduta equiparada aos crimes hediondos, o delito ocorreu após a naturalização, ou seja, oportunidade em que já gozava do status de nacional.
- D) A extradição é possível, na forma da lei, na medida em que a Constituição Federal prevê tal possibilidade para os casos de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, ocorridos antes ou depois da naturalização.

Questão 21

Uma das principais rodadas do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio se iniciou no ano de 1986 e durou até 1994. Durante essa rodada, com vigência a partir de 1995, foi criada a organização Mundial do Comércio (OMC). Essa “rodada” ficou conhecida como:

- A) Rodada de Brasília.
- B) Rodada Doha.
- C) Rodada de Marrakesh.
- D) Rodada Uruguai.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 22**

A empresa Boa Notícia Ltda. atua no ramo gráfico e, como tal, está sujeita à incidência das contribuições para o PIS/COFINS. Ocorre que ela deixou de declarar e recolher essas contribuições incidentes sobre os fatos geradores ocorridos no ano de 2017, quando a alíquota dos tributos era de 5% e a multa pela falta de declaração e recolhimento era de 50% sobre o valor devido e não declarado. No ano de 2018 a União aprovou lei alterando a alíquota das contribuições para o PIS/COFINS incidentes sobre a atividade de tal contribuinte para 2%. A mesma lei também alterou o percentual da multa pela falta de declaração e recolhimento para 25% sobre o valor do tributo devido e não recolhido. No ano de 2019 a Secretaria da Receita Federal promoveu o lançamento *ex officio* dessas contribuições não recolhidas e autuou a contribuinte pela falta de declaração e recolhimento, exigindo as contribuições em questão com base na alíquota de 2% e a multa com base na alíquota de 25%. Considerando somente os dados do enunciado, é correto afirmar que

- A) O lançamento está correto em relação à multa e incorreto em relação às contribuições.
- B) O lançamento está correto em relação às contribuições e incorreto em relação à multa.
- C) O lançamento está incorreto em relação às contribuições e à multa.
- D) O lançamento está correto em relação às contribuições e à multa.

Questão 23

A empresa Ômega Ltda. foi autuada em razão do descumprimento de obrigações acessórias relativas ao IRPJ. Por não concordar com a autuação, ingressou, de forma imediata e tempestiva, com a impugnação administrativa cabível. Como o órgão administrativo estava demorando muito para analisar a impugnação e proferir decisão, a autuada propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal, por meio da qual apresentou razões de fato e de direito idênticas àquelas apresentadas no processo administrativo. Sobre a hipótese, é correto afirmar que

- A) A concomitância de impugnação administrativa e de ação judicial versando sobre matéria idêntica implica em desistência da impugnação administrativa.
- B) A propositura de ação judicial sobre matéria idêntica àquela demandada na esfera administrativa não implica em desistência à impugnação administrativa.
- C) A ação judicial deve ser julgada improcedente, sem análise do mérito, tendo em vista a pendência de decisão administrativa acerca da matéria discutida.
- D) A ação judicial deve ser suspensa até que seja proferida a decisão administrativa definitiva.

Questão 24

Um estabelecimento empresarial da empresa Express Ltda. foi adquirido por uma de suas concorrentes, que continuou a explorar a mesma atividade sob outra denominação social. A alienante também continuou a exercer atividade empresarial, imediatamente, porém, em outro ramo de negócio. Com base na hipótese apresentada, e considerando que o estabelecimento alienado possuía débitos de ISS, é correto afirmar que

- A) A responsabilidade da adquirente pelo ISS devido até a data da alienação é subsidiária em relação à alienante, já que essa continuou a explorar atividade empresarial, imediatamente, em outro ramo de negócio.
- B) A adquirente e a alienante são responsáveis solidárias pelo pagamento do ISS devido até a data da alienação do estabelecimento.
- C) A responsabilidade pelo ISS devido até a data da alienação é integralmente da alienante, sendo legalmente excluída responsabilidade da adquirente.
- D) A adquirente é integralmente responsável pelo ISS devido até a data da alienação do estabelecimento, sem qualquer responsabilidade da alienante.

Questão 25

Determinada contribuinte foi citada em Execução Fiscal para o pagamento de débitos tributários. De acordo com o disposto na que disciplina a matéria, os Embargos à Execução Fiscal poderão ser apresentados no prazo de 30 dias, contados a partir:

- A) Da inscrição do débito na Dívida Ativa.
- B) Da citação da executada.
- C) Da data da intimação da penhora de bens.
- D) Da juntada aos autos do mandado de penhora devidamente cumprido.

Questão 26

O Estado de São Paulo instituiu, por meio de lei, as seguintes alíquotas do IPVA para motocicletas: 2% para motocicletas produzidas na Zona Franca de Manaus e 4% para motocicletas produzidas fora da referida localidade. Sobre a hipótese, é correto afirmar que

- A) As alíquotas são diferenciadas em razão da progressividade do IPVA.
- B) As alíquotas do IPVA não podem ser diferenciadas.
- C) As alíquotas do IPVA podem ser diferenciadas em razão da procedência do veículo automotor.
- D) A diferenciação das alíquotas do IPVA em razão da procedência do veículo automotor é inconstitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 27**

Marcos, agente de trânsito e transporte municipal, estava no exercício da função, fiscalizando a regularidade do trânsito no centro da cidade, quando avistou um automóvel estacionando em local proibido. Ao aproximar-se do veículo, para aplicar o auto de infração de trânsito, notou que se tratava de Joana, sua amiga de infância, a qual não via há muito tempo. Os dois começaram a conversar e Marcos decidiu não aplicar o auto de infração em desfavor de Joana. No caso em tela, foram violados, diretamente, os princípios constitucionais da:

- A) legalidade e segurança jurídica.
- B) moralidade e razoabilidade.
- C) publicidade e eficiência.
- D) moralidade e impessoalidade.

Questão 28

Determinada agência reguladora, visando aperfeiçoar o acompanhamento das suas ações, inclusive de sua gestão, promovendo maior transparência e controle social, e aperfeiçoar as relações de cooperação da agência reguladora com o Poder Público, em particular no cumprimento das políticas públicas definidas em lei, deverá elaborar um plano, o qual será o instrumento anual do planejamento consolidado da agência reguladora e contemplará ações, resultados e metas. Esse plano deverá ser denominado de:

- A) Plano estratégico.
- B) Plano de gestão.
- C) Plano de comunicação.
- D) Plano de agenda regulatória.

Questão 29

A administração pública do Estado X criou uma fundação pública de direito privado, através do registro público dos seus atos constitutivos após lei autorizando sua criação, com a finalidade de fiscalização da produção e comercialização de agrotóxicos. Posteriormente, com a mudança do poder executivo estadual, em virtude do término do mandato da gestão anterior, o novo Governador resolveu investir a fundação de poderes de polícia sancionatórios. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- A) É nula a criação de fundação pública de direito privado pelo Poder público.
- B) É nula a delegação de atos fiscalizatórios e sancionatórios pelo Poder público.
- C) O novo Governador não poderia ter delegado poderes sancionatórios, apenas de consentimento e fiscalização.
- D) As fundações públicas de direito privado, por seu regime jurídico híbrido, podem realizar atos de império.

Questão 30

O Estado Y decidiu construir uma nova penitenciária, a fim de reduzir a superlotação carcerária. Para tanto, o Poder público decidiu contratar uma empresa privada para a construção e administração da penitenciária, por meio de licitação, remunerando-a de acordo com o número de detentos presentes no complexo. O valor previsto do acordo será de 30 milhões de reais e terá vigência de 20 anos. Diante desta situação, assinale a alternativa correta:

- A) O acordo firmado entre o Estado e a empresa privada representa uma Parceria Público Privada, na modalidade de concessão patrocinada, em que a Administração Pública é usuária indireta.
- B) O acordo firmado entre o Estado e a empresa privada representa uma Parceria Público Privada, na modalidade de concessão administrativa, em que a Administração Pública é usuária indireta.
- C) O acordo firmado entre o Estado e a empresa privada representa uma concessão comum, em que é obrigatória a licitação na modalidade concorrência.
- D) O acordo firmado entre o Estado e a empresa privada representa uma Parceria Público Privada, em que é vedada a celebração de contrato cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Questão 31

A Secretária de Educação do Município Formosinho deseja contratar uma associação de pessoas com deficiência auditiva para fornecimento de mão-de-obra, na produção do material escolar do ano letivo de 2020. Referida associação possui comprovada idoneidade e não possui fins lucrativos. O valor da contratação é de R\$ 8 milhões, montante compatível com o valor de mercado. Diante dessa situação, a licitação será:

- A) inexigível.
- B) obrigatória.
- C) dispensada.
- D) dispensável.

Questão 32

Antônio, Prefeito Municipal, no exercício de suas funções, de forma culposa, visando estimular o crescimento econômico e fomentar a educação, permitiu que se utilizasse máquinas e equipamentos de propriedade do Município na construção de uma faculdade privada, a pedido do dono do empreendimento, Augusto. Diante dessa situação, é correto afirmar:

A) Antônio e Augusto praticaram ato de improbidade administrativa que causou lesão ao erário, passível de suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

B) Antônio e Augusto praticaram ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública, passível de suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

C) Antônio e Augusto praticaram ato de improbidade administrativa que causou lesão ao erário, passível de suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

D) Antônio e Augusto praticaram ato de improbidade administrativa que causou enriquecimento ilícito, passível de suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

DIREITO AMBIENTAL**Questão 33**

Carlos é dono de um posto de gasolina e foi autuado por um vazamento de combustível responsável pela contaminação do solo. O analista ambiental ao lavar o auto informou que a Pessoa Jurídica poderia ser responsabilizada também. Imediatamente após, Carlos procurou o seu advogado para saber quais medidas deveria tomar. Acerca da responsabilidade ambiental e com base nas disposições constitucionais, na Lei 9.605/98 e considerando a jurisprudência do STJ e do STF, marque a opção correta:

- A) O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação.
- B) A responsabilidade penal da pessoa jurídica é admitida no ordenamento jurídico em vigor, sendo pacífico, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e no STF, que a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais não dispensa a imputação concomitante da pessoa física que age em seu nome ou em seu benefício. Em outras palavras, a teoria da dupla imputação prevalece, atualmente, no Superior Tribunal de Justiça e no STF.
- C) O Superior Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não admitem a responsabilização criminal da pessoa jurídica por crimes ambientais.
- D) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Questão 34

O fazendeiro Roberto possui uma propriedade rural com 50 hectares, sendo que cultiva café em 90% da área. Ele procurou seu advogado para saber se poderia ser responsabilizado pelo dano ambiental causado pelo antigo proprietário da fazenda. Acerca da responsabilidade civil por dano ambiental, a orientação correta seria:

- A) As obrigações previstas no código florestal têm natureza real e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural. Configura dever jurídico (obrigação *ex lege*) que se transfere automaticamente com a transferência do domínio (obrigação *propter rem*), podendo, em consequência, ser imediatamente exigível do proprietário atual, independentemente de qualquer indagação a respeito de boa-fé do adquirente ou de outro nexos causal que não o que se estabelece pela titularidade do domínio.
- B) Segundo o entendimento do STJ, a responsabilidade civil pelo dano ambiental é de natureza subjetiva, ou seja, depende da comprovação de culpa.
- C) O poluidor ou degradador é obrigado, desde que comprovada a existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.
- D) Não há previsão legal acerca da responsabilidade civil objetiva no direito ambiental brasileiro.

DIREITO CIVIL**Questão 35**

Marcos era engenheiro de uma grande mineradora, e encontrava-se trabalhando no dia que houve o rompimento de uma das barragens de minério da empresa. Mais de duzentas pessoas ficaram desaparecidas, e alguns corpos foram sendo encontrados ao longo do tempo, confirmando inúmeras mortes. Passado um ano do desastre, Marcos continua desaparecido. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- A) Poderá ser declarada a morte presumida de Marcos, com decretação de ausência.
- B) Poderá ser declarada a morte presumida de Marcos, sem decretação de ausência, se ele não for encontrado após dois anos.
- C) Poderá ser declarada a morte presumida de Marcos, sem decretação de ausência, requerida logo em seguida à ocorrência do acidente, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.
- D) Poderá ser declarada a morte presumida de Marcos, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

Questão 36

Fernando, jovem empreendedor, preocupado com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, constituiu a empresa Sol & Sol, fornecedora de energia solar, e resolveu reformar um imóvel para instalar a sede da empresa. Na reforma, alguns materiais foram reaproveitados, sendo separados do prédio, para nele se reempregarem. Fernando também adquiriu materiais reciclados destinados à construção. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- A) As energias que tenham valor econômico e os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem constituem bem móveis, enquanto os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis.
- B) As energias que tenham valor econômico e os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, constituem bem móveis, enquanto os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem são bens imóveis.
- C) As energias que tenham valor econômico e os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, constituem bem imóveis, enquanto os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem são bens móveis.
- D) As energias que tenham valor econômico, os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, e os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem são bens móveis.

Questão 37

Em razão da greve dos caminhoneiros, que atingiu o abastecimento de combustível, medicamentos e insumos alimentícios em todo o país, o supermercado Kilo passou a vender suas garrafas de água por R\$ 50,00 (cinquenta reais), 10 vezes superior ao valor que era comercializado usualmente. A situação narrada configura hipótese de:

- A) dolo, sendo o negócio jurídico anulável.
- B) erro, sendo o negócio jurídico nulo.
- C) estado de perigo, sendo o negócio jurídico anulável.
- D) lesão, sendo o negócio jurídico anulável.

Questão 38

Milionário e José Rico são donos de duas propriedades rurais vizinhas. Milionário pratica atividade agrícola e necessita adentrar o terreno de José Rico para construção de um aqueduto a fim de garantir a irrigação da sua produção rural. Você, na qualidade de advogado de Milionário, informou-lhe que poderia ser celebrado acordo entre ambos, para instituir direito real, o qual poderia ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- A) Cuida-se de direito real de uso, pelo que José Rico faz jus à remuneração, em razão da utilização de seu terreno.
- B) No caso de venda de um dos imóveis, o acordo é extinto de pleno direito.
- C) Trata-se de direito real de servidão, oponível, inclusive, a qualquer comprador do imóvel de José Rico.
- D) O fim da atividade agrícola de Milionário, por cinco anos contínuos importa na extinção do direito acordado.

Questão 39

Em 10/10/2018, Bruno tomou emprestado de Diego o valor de R\$ 30.000,00. A quantia deveria ser devolvida em 10/11/2018. Em 20/10/2018, Bruno vendeu seu carro para Diego por R\$ 25.000,00, quantia que deveria ser paga em 10/11/2018. No dia do vencimento das obrigações, Bruno e Diego optaram pela extinção de suas dívidas atuais e assinaram novo contrato, em que Bruno se comprometia a entregar, no dia 10/12/2018, quatro pneus novos a Diego, no valor total de R\$ 5.000,00. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- A) Com relação ao montante de R\$ 25.000,00, houve extinção da obrigação por confusão.
- B) Não será possível a compensação do débito, pois Diego não constituiu seu devedor em mora.
- C) O valor de R\$ 5.000,00, convertido em quatro pneus, foi extinto por novação.
- D) A extinção do saldo de R\$ 5.000,00 configura hipótese de dação em pagamento.

Questão 40

Em Julho de 2012, Carlos e sua esposa Clarice encontraram uma área urbana de duzentos metros quadrados, que continha um pequeno imóvel construído. Eles adentraram na área sem permissão e resistência, estabeleceram a residência de sua família e realizaram benfeitorias para viabilizar a moradia. Em setembro de 2018, o casal foi citado em ação de reintegração de posse, por proprietário que juntou como prova o título de propriedade. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- A) O casal não faz jus à usucapião, uma vez que a prescrição aquisitiva se daria com 10 anos.
- B) O casal poderá opor usucapião urbana como forma de aquisição da propriedade imóvel.
- C) O casal não faz jus à usucapião, mas possui direito de retenção quanto às benfeitorias.
- D) O casal pode adquirir o imóvel por usucapião, após quinze anos de ocupação.

Questão 41

Tício, ao transitar com seu veículo automotor na correta faixa de direção do meio, entre três pistas, sofre uma fechada de Caio, o que o obriga a invadir a pista ao lado. Em razão disso, o carro de Tício colide com o veículo dirigido por Mévio, que trafegava tranquilamente na pista de direção invadida, causando-lhe danos materiais, morais e estéticos.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- A) Mévio somente poderá demandar do causador mediato Caio, pois Tício agiu em estado de necessidade.
- B) A conduta de Tício, embora tenha se dado para remover perigo iminente, constitui ato ilícito.
- C) Mévio pode pedir indenização por danos materiais cumulado com moral e estético de Tício, sendo legítimo a este regredir em face de Caio.
- D) Tício e Caio concorreram culposamente para o evento danoso, devendo ser demandados solidariamente.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

Augusto, Bernardo, Camila e Denise são irmãos e têm, respectivamente, 19, 17, 15 e 10 anos de idade. Considerando que são alunos estudiosos e estão de férias, os pais premiam os filhos com viagens para o Brasil e para o exterior. Infelizmente, por compromissos profissionais, os genitores não poderão viajar juntamente com os filhos. Nesse contexto e com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar:

- A) Augusto pode viajar para qualquer comarca do país desacompanhado dos pais, mas precisa de autorização judicial para viajar para o exterior.
- B) Bernardo pode viajar dentro do território nacional acompanhado de um tio, seu responsável, hipótese em que será dispensável a autorização.
- C) Camila e Denise podem viajar sozinhas para qualquer comarca, desde que acompanhadas de pessoa maior, independentemente de autorização de seus pais ou responsável.
- D) Denise só poderá viajar dentro do território nacional se acompanhada pelos pais.

Questão 43

Júlia, adolescente de 16 anos, estava em situação de risco e, atualmente, está em programa de acolhimento institucional. Você foi convidado para uma palestra na instituição e, ao final, foi questionado por Júlia sobre o programa de apadrinhamento, medida que visa que crianças e adolescentes possam formar vínculos com pessoas de fora da instituição onde vivem. O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que:

- A) Apenas crianças e adolescentes em programa de acolhimento institucional poderão participar do apadrinhamento, não sendo possível àqueles em acolhimento familiar.
- B) O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária, colaborando com o seu desenvolvimento social, moral, físico e cognitivo, sem atingir os aspectos educacionais e financeiros.
- C) Pessoas físicas e pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.
- D) Havendo violação das regras de apadrinhamento, o programa poderá ser suspenso imediatamente, independentemente de notificação da autoridade judiciária competente.

DIREITO DO CONSUMIDOR**Questão 44**

Marta recebeu por e-mail uma oferta de contratação de um plano de viagens. Na mensagem publicitária, as informações não estavam claras, precisas, nem tampouco ostensivas sobre as características e qualidades do plano. Por essa razão, ela não se interessou pela oferta e não realizou a contratação. Sendo certo que se trata de publicidade em desacordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que Marta:

- A) não será considerada consumidora, uma vez que não adquiriu o produto, não podendo, portanto, exigir a adequação da publicidade.
- B) não será considerada consumidora, pois a oferta foi enviada pela internet, sem relação direta com o fornecedor.
- C) será considerada consumidora, podendo exigir a adequação da publicidade, desde que o faça em até sete dias do recebimento da oferta.
- D) será considerada consumidora, pois equiparam-se aos consumidores todas as pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas previstas no CDC, podendo exigir a adequação da publicidade.

Questão 45

Afonso adquiriu um carro novo, direto da concessionária de veículos, o qual possuía prazo de garantia de dois anos. Cinco meses após a compra, Afonso dirigia seu veículo em velocidade moderada, com a devida cautela, quando perdeu o controle, em razão de uma mola que soltou da direção, causando um acidente que o lesionou com fraturas no braço e na perna, além de outras escoriações. No entanto, ele somente ajuizou a ação perante a montadora do automóvel três anos após o ocorrido. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- A) trata-se de fato do produto, mas a montadora não poderia mais ser responsabilizada, pois a ação somente foi ajuizada após o decurso do prazo de garantia convencional.
- B) trata-se de fato do produto, podendo a montadora ser responsabilizada, uma vez que a ação foi ajuizada dentro do prazo prescricional de cinco anos.
- C) trata-se de fato do produto, podendo a montadora ser responsabilizada, uma vez que a ação foi ajuizada dentro do prazo decadencial.
- D) trata-se de vício do produto, mas a montadora não poderia mais ser responsabilizada, pois a ação somente foi ajuizada após o decurso do prazo de garantia convencional.

DIREITO EMPRESARIAL**Questão 46**

De acordo com o artigo 966 do Código Civil, é adequado assegurar que o Direito brasileiro concluiu a transição para a

- A) “teoria da empresa”, de matriz italiana.
- B) “teoria da empresa”, de matriz francesa
- C) “teoria dos atos de comércio”, de matriz italiana.
- D) “teoria dos atos de comércio”, de matriz francesa.

Questão 47

Assinale a alternativa que indique o que é empresário para o Código Civil

- A) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- B) o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- C) Equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- D) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.

Questão 48

Considera-se complexo de bens organizado para o exercício da empresa, por empresário ou sociedade empresária:

- A) Ponto.
- B) Patente.
- C) Atividade econômica desenvolvida profissionalmente.
- D) Estabelecimento.

Questão 49

Será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, a empresa individual de responsabilidade limitada devidamente integralizado, que não será inferior

- A) 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- B) 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- C) 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- D) 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

Questão 50

Indique a alternativa adequada sobre a capacidade de ser empresário e a faculdade dos cônjuges em contratar sociedade.

- A) Possuem capacidade para serem sócios entre si os casados no regime de separação obrigatória.
- B) Apenas podem ser sócios entre si cônjuges casados sob o regime de separação de bens.
- C) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens.
- D) Os separados judicialmente não podem contratar sociedade entre si e com terceiros, salvo se já feita a partilha de bens.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 51**

João e Pedro estão estudando processo civil para o XXXI Exame de Ordem da OAB e lembram que o pedido deve ser certo e determinado. Os estudantes lembram também que existem algumas peculiaridades sobre o tema. Desse modo, pode-se afirmar:

- A) São compreendidos no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.
- B) Em se tratando de ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, desde que haja declaração expressa do autor nesse sentido.
- C) É lícito formular pedido genérico nas ações universais, ainda que o autor possa individuar os bens demandados.
- D) Quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu, o autor deverá esperar a prática do ato para, em seguida, determinar o pedido.

Questão 52

Joana é uma famosa youtuber de moda e, em decorrência da sinceridade de seus comentários, tem alguns desafetos no meio virtual. Recentemente, saiu para almoçar com as amigas em um restaurante bastante frequentado pela alta classe de sua cidade e, para sua surpresa, foi abordada por Maria, também youtuber, que a agrediu física e verbalmente em razão de uma postagem daquela semana. Como se não bastasse, Maria atirou uma pedra e quebrou o para-brisa traseiro do carro de Joana que estava parado no estacionamento do restaurante. Muito abalada com os acontecimentos, Joana procura Tarcísio, famoso advogado para as medidas cabíveis. Nesse cenário:

- A) Tarcísio poderá cumular os pedidos de danos materiais e morais sofridos por Joana, mas deve deixar clara a conexão entre eles.
- B) Tarcísio não poderá cumular os pedidos de danos materiais e morais por atingirem bens jurídicos distintos: um deles atinge o patrimônio (despesas médicas em razão das lesões corporais e conserto do para-brisa do carro) e o outro atinge a honra e imagem de Joana.
- C) Os requisitos da cumulação de pedidos devem ser preenchidos concomitantemente: pedidos compatíveis entre si, juízo competente para conhecer todos os pedidos e tipo de procedimento adequado.
- D) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, não será admitida a cumulação, devendo o autor ajuizar uma ação para cada um deles.

Questão 53

Igor e Alzira foram casados por 10 anos e são pais de Hélio. Logo após o divórcio, Igor parou de visitar o filho e de pagar a pensão alimentícia fixada em sentença. Diante da situação, Alzira decide procurar um advogado para informar-se sobre o que poderia fazer para garantir o cumprimento da sentença que reconhece a obrigação de prestar alimentos. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) O juiz, a requerimento de Alzira, mandará intimar Igor pessoalmente para, em 15 dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.
- b) Se Igor, dentro do prazo estabelecido pelo Código de Processo Civil, não pagar, não provar que pagou ou não apresentar justificativa da impossibilidade de adimplir, o juiz mandará protestar o pronunciamento judicial.
- c) Em caso de não pagamento ou de justificativa não aceita pelo juiz, além do protesto do pronunciamento judicial, poderá ser determinada a prisão de Igor pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses. A prisão será cumprida em regime semi-aberto para que o executado possa trabalhar normalmente e adimplir sua obrigação de prestar alimentos ao filho.
- d) O cumprimento da pena é suficiente para eximir o executado do pagamento das prestações vencidas.

Questão 54

Em uma ação de cobrança, a parte ré foi citada por edital e, não contestando o pedido no prazo, tornou-se revel. A sentença condenatória determinou o pagamento de R\$ 50.000,00. O devedor será intimado para cumprir a sentença:

- A) pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado constituído nos autos.
- B) por carta com aviso de recebimento (AR).
- C) por meio eletrônico, em respeito à economia e celeridade processual.
- D) por edital.

Questão 55

Um Tribunal de Justiça de um dos estados da federação deparou-se com uma relevante questão de direito, com grande repercussão social, mas sem repetição em múltiplos processos. O incidente processual foi examinado por um órgão colegiado indicado pelo regimento interno do Tribunal. Sobre o tema, pode-se afirmar corretamente:

- A) Trata-se do Incidente de Assunção de Competência (IAC).
- B) São partes legítimas para suscitar o incidente: a parte, o Ministério Público ou a Defensoria Pública, sendo vedada a iniciativa de ofício do relator.
- C) O incidente será aplicado apenas quando do julgamento de recurso e de processo de competência originária.
- D) O acórdão proferido sempre vinculará todos os juízes e órgãos fracionários.

Questão 56

O autor de uma ação de ação indenizatória manifestou expressamente o desinteresse na composição consensual. O réu, após regular citação, não se manifestou. Com base nas informações acima e nas disposições do Código de Processo Civil sobre a audiência de conciliação e mediação, é correto que:

- A) a audiência não será realizada pois o réu não se manifestou.
- B) visando a economia e celeridade processual, só poderá ser realizada uma única audiência de conciliação e mediação.
- C) a audiência será realizada na data designada pelo juiz e poderá, nos termos da lei, ser por meio eletrônico.
- D) a presença dos advogados ou defensores públicos é dispensada.

Questão 57

Nádia ajuizou uma ação de cobrança contra Roberto e, para sua surpresa e indignação, todos os seus pedidos foram julgados improcedentes. Dentro do prazo previsto no Código de Processo Civil, a autora interpôs apelação. Sobre a situação hipotética apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) a apelação é dotada apenas do efeito devolutivo e suspenso.
- b) a apelação será dirigida ao Tribunal, cabendo ao juízo de primeiro grau exercer apenas o juízo de admissibilidade.
- c) em alguns casos, a apelação é dotada de efeito regressivo.
- d) a Teoria da Causa Madura não é aplicável à apelação, cabendo ao Tribunal determinar o retorno dos autos ao juízo de 1º grau para que seja proferida nova sentença.

DIREITO PENAL

Questão 58

Com relação as regras relacionadas ao concurso de delitos adotadas pelo Código Penal, é correto afirmar que:

- A) no concurso de crimes as penas de multa são aplicadas distintamente, mas de forma reduzida.
- B) o concurso material ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, prática dois ou mais crimes com dependência fática e jurídica entre estes.
- C) o concurso formal perfeito, também conhecido como próprio, ocorre quando o agente, por meio de uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes idênticos, caso em que as penas serão somadas.
- D) o Código Penal Brasileiro adotou o sistema de aplicação de pena do cúmulo material para os concursos material e formal imperfeito, e da exasperação para o concurso formal perfeito e crime continuado.

Questão 59

Gustavo, desejoso de tirar a vida da própria mãe, acaba causando a morte de uma tia (por confundi-la com aquela). Tendo como referência a situação acima, é correto afirmar que Gustavo incorre em modalidade de erro:

- A) de tipo essencial escusável – inevitável – e deverá responder pelo crime de homicídio sem a incidência da agravante relativa ao crime praticado contra ascendente (haja vista que a vítima, de fato, não era a sua genitora).
- B) de tipo acidental na modalidade error in persona e deverá responder pelo crime de homicídio com a incidência da agravante relativa ao crime praticado contra ascendente (mesmo que a vítima não seja, de fato, a sua genitora).
- C) de proibição e deverá responder pelo crime de homicídio qualificado pelo fato de ter objetivado atingir ascendente (preserva-se o dolo, independente da identidade da vítima).
- D) de tipo essencial inescusável – evitável –, mas não deverá responder pelo crime de homicídio qualificado, uma vez que a pessoa atingida não era a sua ascendente.

Questão 60

Com relação aos critérios para substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos adotados pelo CP, assinale a alternativa correta.

- A) A substituição não poderá ocorrer se o réu for reincidente em crime doloso.
- B) Somente fará jus à substituição o réu que for condenado a pena privativa de liberdade não superior a 4 (quatro) anos.
- C) Em caso de descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos, esta será convertida em privativa de liberdade, reiniciando-se o cumprimento da integralidade da pena fixada em sentença condenatória definitiva.
- D) Se for superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou ainda por duas restritivas de direitos.

Questão 61

Considere que uma gestante, sóbria, estando na direção de seu veículo automotor, colida, culposamente, com um poste, causando, em razão do impacto sofrido, o aborto. Nessa situação, pode-se afirmar que a conduta da gestante:

- A) corresponde ao delito de homicídio.
- B) corresponde ao delito de lesão corporal culposa.
- C) corresponde ao delito de aborto provocado pela gestante.
- D) não gera responsabilidade, haja vista a inexistência de previsão legal para a modalidade culposa de aborto.

Questão 62

Tomás decide matar seu pai, Joaquim. Sabendo da intenção de Tomás de executar o genitor, Pedro oferece, graciosamente, carona ao agente até o local em que ocorre o crime. A esse respeito, é correto afirmar que Pedro pode ser considerado:

- A) coautor do delito, respondendo por homicídio agravado por haver sido praticado contra ascendente.
- B) partícipe do delito, respondendo por homicídio agravado por haver sido praticado contra ascendente.
- C) partícipe do delito, respondendo por homicídio sem a incidência da agravante.
- D) coautor do delito, respondendo por homicídio sem a incidência da agravante.

Questão 63

Paula Rita convenceu sua mãe adotiva, Maria Aparecida, de 50 anos de idade, a lhe outorgar um instrumento de mandato para movimentar sua conta bancária, ao argumento de que poderia ajudá-la a efetuar pagamento de contas, pequenos saques, pegar talões de cheques etc., evitando assim que a mesma tivesse que se deslocar para o banco no dia a dia. De posse da referida procuração, Paula Rita compareceu à agência bancária onde Maria Aparecida possuía conta e sacou todo o valor que a mesma possuía em aplicações financeiras, no total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), apropriando-se do dinheiro antes pertencente a sua mãe. Considerando tal narrativa, assinale a alternativa correta.

- A) Paula Rita praticou crime de estelionato em detrimento de Maria Aparecida e, pelo fato de ser sua filha adotiva, é isenta de pena.
- B) Paula Rita praticou crime de furto mediante fraude em detrimento de Maria Aparecida e, pelo fato de ser sua filha adotiva, é isenta de pena.
- C) Paula Rita praticou crime de estelionato em detrimento de Maria Aparecida e, apesar de ser sua filha adotiva, não é isenta de pena.
- D) Paula Rita praticou crime de furto mediante fraude em detrimento de Maria Aparecida e, apesar de ser sua filha adotiva, não é isenta de pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Questão 64**

Após ser condenado pelo crime de lesão corporal gravíssima no âmbito doméstico contra a sua esposa, Pedro manifesta, no termo respectivo, seu interesse em recorrer, pois a sentença do magistrado apresentou-se nitidamente contraditória. O juiz afirmou: “mesmo sem provas da existência do crime, condeno o réu com base na autoria”. Seu advogado legalmente habilitado nos autos, ciente das regras processuais penais relacionados a intimação e prazo recursal, deverá interpor o recurso de

- A) embargos infringentes, no prazo de 2 dias após a sua intimação, pela contradição apresentada no texto da sentença,
- B) apelação, em 10 dias, requerendo efeito suspensivo para que o réu não sofra os efeitos de uma execução provisória.
- C) habeas corpus, imediatamente, pois sentenças contraditórias afrontam o direito de liberdade do réu.
- D) apelação, em 5 dias, que automaticamente possui efeito suspensivo, por força de lei.

Questão 65

Maria, 17 anos de idade, comparece à Delegacia em janeiro de 2019, acompanhada de sua mãe, e narra que Marcos, 55 anos, mediante grave ameaça, teria constrangido-a a manter com ele conjunção carnal. Instaurado inquérito policial para apurar suposto crime de estupro, oito testemunhas presenciais e Marcos afirmaram, categoricamente, que a relação foi consentida por Maria, razão pela qual, o Ministério Público requereu o arquivamento do inquérito policial por falta de justa causa, requerimento aceito pelo juiz que determinou o arquivamento do inquérito com base no fundamento apresentado. Dois anos após o arquivamento, a atual namorada de Marcos procura a vítima do estupro e diz que encontrou no celular do estuprador a filmagem do ato sexual entre Maria e Marcos, sendo que no vídeo ficava demonstrado o emprego de grave ameaça por parte deste. Maria, então, entrega o vídeo ao advogado da família.

Considerando a situação narrada, o advogado de Maria

- A) nada poderá fazer sob o ponto de vista criminal, tendo em vista que a decisão de arquivamento fez coisa julgada material.
- B) poderá apresentar o vídeo ao Ministério Público, sendo possível o desarquivamento do inquérito e o oferecimento de denúncia por parte do Promotor de Justiça, em razão da existência de prova nova.
- C) nada poderá fazer sob o ponto de vista criminal, tendo em vista que, apesar de a decisão de arquivamento não ter feito coisa julgada material, o vídeo não poderá ser considerado prova nova, já que existia antes do arquivamento do inquérito.
- D) poderá iniciar, de imediato, ação penal privada subsidiária da pública em razão da omissão do Ministério Público no oferecimento de denúncia em momento anterior.

Questão 66

Girosmélia, empreendedora, possui uma empresa de locação de bolsas de grife. Jennifer alugou 3 bolsas e, dolosamente, não as devolveu. Girosmélia, por meio de grupos de whatsapp, verificou que Jennifer estava vendendo as suas bolsas (cada bolsa possui um código). Girosmélia, se passando por outra pessoa, marca um encontro para supostamente comprar as bolsas. No dia combinado, Girosmélia levou a autoridade policial para realizar o flagrante. No momento do pagamento, o policial Josué deu voz de prisão em flagrante para Jennifer, que foi levada para o distrito policial algemada após tentativa de fuga.

Acerca da prisão em flagrante narrada, pode-se dizer que:

- A) a prisão em flagrante é ilegal por conta do uso de algemas, visto ser desnecessária essa medida.
- B) trata-se de flagrante preparado, portanto, ilícito, já que Jennifer foi induzida a vender o produto do crime.
- C) trata-se de flagrante forjado, portanto, ilícito, já que Girosmélia mentiu ao se passar por outra pessoa e mentiu ter interesse na venda.
- D) trata-se de flagrante próprio pelo crime de receptação, pois Jennifer está induzindo alguém de boa-fé a adquirir produto que sabe ter origem criminosa.

Questão 67

Jonathan, promotor de justiça, recebeu os autos de inquérito policial de réu preso de tentativa de feminicídio e, ao invés de oferecer a denúncia, engavetou o procedimento administrativo e foi para um hotel fazenda no interior de São Paulo com sua família curtir alguns dias de férias, sem deixar o trabalho acumulado com os colegas do MP. Vinte dias depois, a vítima o procura em seu escritório de advocacia narrando os fatos e pedindo auxílio jurídico. A respeito dessa ação penal indique a alternativa INCORRETA.

- A) Por ser uma qualificadora do homicídio, de competência do tribunal do júri, deve-se aguardar a denúncia Ministerial.
- B) Caberá queixa-crime subsidiária dessa ação penal pública pela perda do prazo para oferecer a denúncia.
- C) A ação penal privada subsidiária da pública poderá ser oferecida dentro do prazo decadencial de seis meses.
- D) Caso o advogado não ofereça a queixa no prazo legal de 6 meses, contados do final do prazo que o MP tinha para oferecer a denúncia, não haverá extinção da punibilidade do acusado pela decadência.

Questão 68

A respeito dos princípios do direito processual penal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A audiência de instrução e julgamento não poderá ser realizada sem a presença do réu preso.
- B) O juiz competente que aconselhar uma das partes estará impedido de exercer a jurisdição.
- C) Em caso de urgência, o juiz poderá decretar medidas cautelares sem ouvir a parte contrária.
- D) Não se admite regra processual que beneficie apenas uma das partes processuais.

Questão 69

Taiana consumiu um cigarro de maconha de 450 gramas por volta de 9hrs da manhã. As 10 horas da manhã, Priscila sua vizinha, incomodada com o odor da droga, aciona a Polícia Militar. Às 14 horas, a PM invade o domicílio de Taiana sem mandado judicial, chutando porta e revirando o lixo, mas nada encontra, pois o entorpecente fora todo consumido. Diante das vestimentas com forte odor de maconha, Taiana é presa em flagrante e levada para a delegacia. O delegado, querendo descobrir o fornecedor da droga, acessa o conteúdo do celular da presa coagindo-a a fornecer sua senha. Acerca dos fatos narrados, assinale a alternativa que expõe uma atitude lícita da Polícia:

- A) dirigir-se até o local após ser acionada por Priscila e acreditar em sua acusação contra Taiana.
- B) invadir o domicílio sem mandado judicial, mesmo ciente do horário dos fatos.
- C) efetuar a prisão em flagrante com base no odor da droga.
- D) acessar o conteúdo do telefone sem mandado judicial.

OAB**DIREITO DO TRABALHO****Questão 70**

Matias é motorista da família Silva prestando seus serviços três dias da semana, no qual leva e busca as crianças na escola. Felícia é jardineira exercendo suas atividades para a família Silva quatro vezes por semana. Gilberto faz faxina na residência da família Silva uma vez por semana. E, por fim, Deise é acompanhante da matriarca da família Silva duas vezes por semana. Nestes casos, observando-se o requisito temporal e considerando que os demais requisitos legais estão presentes, tratam-se de empregados domésticos

- A) Matias e Felícia, apenas.
- B) Matias, Felícia e Deise, apenas.
- C) Matias, e Deise, apenas.
- D) Matias, Felícia, Gilberto, apenas.

Questão 71

A empregada Josefina Silva Matias foi contratada pela empresa “Bom Retiro” Ltda. a título de experiência, em razão do aumento da demanda no setor de vendas, objetivando-se, assim, futura efetivação. Ao final do período estabelecido, a empresa pretende renovar o contrato de experiência.

Diante do exposto, questiona-se: O contrato de trabalho de experiência, nesta situação, poderá ser renovado?

- A) Sim, desde que o seja por uma única vez e não ultrapasse 90 dias.
- B) Não, porque estipulado e esgotado o período de experiência, não poderá novo ser ajustado.
- C) Sim, desde que o seja pelo prazo máximo de 45 dias.
- D) Não, porque não há previsão legal para renovação desse contrato.

Questão 72

Fernandinha trabalha na empresa “Moda&Praia” Ltda. há dez anos, tendo sempre exercido a função de atendente. No entanto, depois de concluído o seu expediente laboral do dia 30/12/2019, a empregada sofreu um acidente, sendo atropelada por um caminhão no trajeto de volta a sua residência.

A empregada foi socorrida e encontra-se internada há 45 dias para exames e maiores cuidados médicos, e já percebendo o benefício previdenciário correspondente.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- A) Na hipótese retratada, a empregada terá direito a estabilidade provisória de 12 meses, haja vista o seu afastamento superior a 15 dias e a percepção do benefício previdenciário.
- B) Na hipótese retratada, a empregada terá direito a estabilidade provisória de 6 meses, haja vista o seu afastamento superior a 15 dias e a percepção do benefício previdenciário.
- C) O acidente de trajeto, diante da legislação previdenciária, é considerado acidente do trabalho, mas não é apto a gerar estabilidade de 12 meses no contrato de trabalho.
- D) O acidente de trajeto não é considerado acidente do trabalho, logo, não se trata de hipótese passível de gerar estabilidade no contrato de trabalho.

Questão 73

Analise os fatos a seguir:

I. A empresa “Beta” Ltda. foi condenada ao pagamento de indenização por dano moral decorrente de uma ação trabalhista movida por seu ex-empregado, devendo indenizá-lo em vinte vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

II. A indenização decorrente de dano moral, grau máximo, ao empregado deve ser calculada em até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

III. Ocorrendo indenização por dano moral na relação de trabalho ao empregador, e sendo considerada de natureza leve, a indenização será calculada em até três vezes o último salário contratual do ofensor.

IV. A indenização por dano moral, natureza média, deve corresponder a até dez vezes o último salário contratual do ofendido.

Analisando as informações narradas e de acordo com a legislação vigente, no que tange a indenização por dano moral e seus parâmetros, estão corretas:

- A) I e II apenas.
- B) I, II e IV apenas.
- C) II e III apenas.
- D) Todas estão corretas

Questão 74

Ângela labora para empresa “Sigma” Ltda. exercendo a função de Auxiliar Financeira, desde janeiro de 2019. No entanto, após uma mudança na gestão da empresa, Ângela passou a ter problemas internos com a nova administração, e devido a pressão constante de seus superiores, a empregada praticou tarefas de forma equivocada, frente ao solicitado, o que culminou em prejuízos e em sua dispensa imediata.

Ao término do contrato de trabalho, a empresa anotou em sua CTPS os erros cometidos pela empregada no decorrer da função.

Nos termos expostos pela Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- A) A medida realizada pela empresa foi acertada, pois o empregador poderá realizar a anotação na CTPS de todas as informações obtidas ao longo do pacto laboral.
- B) A medida realizada pela empresa foi acertada, haja vista que quando o empregado ocasionar prejuízos ao longo do pacto laboral, tal informação poderá ser anotada na CTPS.
- C) A medida realizada pela empresa foi equivocada, uma vez que apenas se autorizam anotações desabonadoras na CTPS do empregado, quando a conduta for dolosa, o que não se observou no presente caso.
- D) A medida realizada pela empresa foi equivocada, pois veda-se qualquer tipo de anotação desabonadora na CTPS do empregado, sob pena de indenização por danos morais.

Questão 75

Analise as seguintes afirmativas:

- I. Joana possui apenas uma empregada doméstica em sua residência;
- II. A empresa “Corujinha” Ltda. possui vinte empregados em seu estabelecimento;
- III. A empresa “Carga&Recarga” Ltda. conta com vinte e dois colaboradores distribuídos igualmente entre duas filiais;
- IV. “Sonhos&Cia” tem registrado em sua empresa trinta empregados, sendo cinco deles considerados como hipersuficientes.

Conforme a norma trabalhista em regência, assinale a opção que indica, em razão dos eventos relatados, quem está obrigado a ter controle de jornada através de cartão de ponto.

- A) II, III e IV apenas.
- B) II e IV apenas.
- C) I e III apenas.
- D) I e IV apenas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**Questão 76**

Margarida, dirigente sindical, labora para a empresa “Beta” Ltda. exercendo a função de faxineira de segunda à sexta-feira das 08h às 17h com uma hora de intervalo para refeição e descanso. Júlia, supervisora da empresa, descobre que a empregada anda realizando alguns comentários ofensivos a respeito da vida pessoal de outros empregados, e a adverte acerca de tal conduta.

Em momento posterior, Júlia discute com Margarida, haja vista que a empregada não estava realizando o serviço de forma adequada, bem como continuava a fazer “fofocas” pelos cantos da empresa. No ápice da discussão, Margarida emite socos contra a sua supervisora, a qual precisa ser socorrida e encaminhada ao hospital.

Em ato sequencial, a empregada é suspensa, e o empregador comunica o setor jurídico da empresa acerca de sua intenção em dispensar a empregada por justa causa. Analisando o fato narrado e a respeito da legislação vigente, é correto afirmar que:

- A) A empresa deverá apresentar reclamação escrita perante a Vara do Trabalho ou Juízo de Direito dentro de 30 dias contados da data da suspensão da empregada, podendo ouvir, para provar os fatos alegados, até 3 testemunhas.
- B) A empresa deverá proceder à instauração de inquérito para apuração da falta para dispensa da empregada perante a Justiça do Trabalho, apresentando reclamação escrita perante a Vara do Trabalho ou Juízo de Direito dentro de 15 dias contados da data da suspensão do empregado, podendo ouvir, para provar os fatos alegados, até 6 testemunhas.
- C) Ainda que reconhecida a estabilidade da empregada, se provado o cometimento da falta grave e julgado procedente o inquérito, este não terá direito ao pagamento dos salários não pagos até a data de instalação do inquérito.

D) A empresa deverá proceder à instauração de inquérito para apuração da falta para dispensa da empregada perante a Justiça do Trabalho, apresentando reclamação escrita perante a Vara do Trabalho ou Juízo de Direito dentro de 30 dias contados da data da suspensão do empregado, podendo ouvir, para provar os fatos alegados, até 6 testemunhas.

Questão 77

“Foto Luxo” Ltda, empresa conceituada do ramo de fotografias, foi condenada ao pagamento de dez mil reais em uma Reclamação Trabalhista movida por seu ex-empregado, Severino Guerra.

Em fase de execução, a empresa foi citada pelo oficial de justiça para pagamento, não o tendo realizado e tampouco garantido o juízo. Diante de tal panorama, o magistrado determinou a realização da penhora de todos os bens do executado que fossem necessários para a garantia da execução e, ainda, acresceu o valor de vinte por cento a título de juros e custas.

Diante do quadro apresentado e das normas legais, assinale a afirmativa correta.

A) Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora equivalentes aos aplicados ao IGPM (Índice Geral de Preço do Mercado), sendo estes, em qualquer caso, devidos a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial.

B) Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora equivalentes aos aplicados à caderneta de poupança, sendo estes, em qualquer caso, devidos somente a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial.

C) Independente da garantia de execução, o executado terá 5 (cinco) dias para apresentar embargos à execução.

D) O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante a nomeação de qualquer bem à penhora, sem a necessidade de observar a gradação contida no artigo 835 do CPC.

Questão 78

Priscilinha foi contratada na qualidade de advogada da empresa “Todos a bordo” Ltda., a qual foi condenada parcialmente em uma Reclamação Trabalhista movida por seu ex-colaborador. O reclamante inconformado com a sentença proferida interpôs Recurso Ordinário, o qual não foi conhecido em segundo juízo de admissibilidade, juízo ad quem, sob a alegação de intempestividade.

Diante do exposto, e objetivando impugnar a decisão denegatória de seguimento do recurso, a advogada deverá se valer da seguinte medida judicial:

A) Agravo de Instrumento

B) Agravo Interno

C) Mandado de Segurança

D) Embargos de Declaração

Questão 79

Felipe Dig Dig Joy propõe Reclamação Trabalhista contra o seu ex-empregador, Zé Pequeno, alegando que sempre realizou horas extras, durante a jornada de trabalho, e exigiu a apresentação dos cartões de ponto pela empresa. A empresa nega a realização de horas extras pelo empregado, mas não apresenta os cartões de ponto, e nem outros documentos comprobatórios, sob a alegação de que a empresa contava com apenas com vinte e cinco empregados.

Diante das regras processuais de distribuição do ônus da prova, assinale a alternativa correta:

- A) É ônus do empregador que conta com mais de vinte empregados o registro da jornada de trabalho, sendo que a não apresentação injustificada dos controles de frequência gerará presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho.
- B) É ônus do empregador que conta com mais de dez empregados o registro da jornada de trabalho, sendo que a não apresentação injustificada dos controles de frequência gerará presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho.
- C) É ônus do empregador que conta com mais de quinze empregados o registro da jornada de trabalho, sendo que a não apresentação injustificada dos controles de frequência gerará presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho.
- D) O ônus da prova incumbe ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito, logo, a ausência de produção de prova pelo reclamante gerará a improcedência do pleito.

Questão 80

Roberto, japonês, mora no Brasil desde janeiro de 2000, quando iniciou o seu labor em uma empresa de automóveis. No decorrer do pacto laboral, Roberto foi chamado pela empresa para testemunhar em uma ação trabalhista proposta pelo seu ex-colega de trabalho, Jairzinho.

A oitiva de Roberto necessitou da assistência de um intérprete, nomeado pelo magistrado, haja vista a sua dificuldade para com a língua portuguesa.

Diante das regras processuais trabalhistas, assinale a alternativa correta:

- A) As despesas decorrentes com o intérprete, nomeado pelo juiz, correrão por conta da parte sucumbente, salvo se beneficiária de justiça gratuita.
- B) As despesas decorrentes com o intérprete, nomeado pelo juiz, correrão por conta da parte que utilizou tal serviço, salvo se beneficiária de justiça gratuita.
- C) As despesas decorrentes com o intérprete, nomeado pelo juiz, correrão por conta da parte sucumbente, ainda que beneficiária de justiça gratuita.
- D) As despesas decorrentes com o intérprete, nomeado pelo juiz, ficarão a cargo da parte que interessar o depoimento, ainda que beneficiária da justiça gratuita.